

# CLASSES, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA

Deizimar Mendonça Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta algumas discussões sobre classe, a fim de manter viva a temática sobre a distribuição de poder na sociedade e a consciência da dominação. Por outro lado, faz referência também a práticas articulatórias que obscurecem as origens de distintos aspectos de opressão e a noção de interseccionalidade, que auxilia na compreensão da violência sobreposta (em diversas direções) em certos indivíduos em posição de maior vulnerabilidade. Por fim, avalia a resistência como forma de ampliação da consciência.

**Palavras-chave:** Distribuição de poder. Classe. Consciência. Interseccionalidade. Resistência. Práticas articulatórias.

## CLASSES, INTERSECTIONALITY AND RESISTANCE

**Abstract:** This paper presents some class discussions in order to keep alive the theme about the distribution of power in society and the awareness of domination. On the other hand, it also refers to articulatory practices that obscure the origins of different aspects of oppression and the notion of intersectionality, which assists in understanding the violence superposed (in several directions) on certain individuals in a position of greater vulnerability. Finally, it assesses resistance as a way of expanding consciousness.

**Key-words:** Distribution of power. Class. Awareness. Intersectionality. Resistance. Articulatory practices.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela UFMG; Pós-graduada em Direito do Trabalho pela UFMT (1997) e pela PUC-SP (2010). Juíza do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande-MT.

## Introdução

A discussão contemporânea de classes parece envolver muitas nuances não abrangidas pela análise marxiana, segundo a qual a sociedade moderna simplificou os antagonismos de classe, dividindo-a cada vez mais “em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX, ENGELS, 2010, p. 41).

Não há na sociedade apenas um tipo de opressão, ao contrário, há uma multiplicidade de fenômenos que circundam as relações sociais, que revelam diferentes tipos de expressão de poder. Compreender as posições envolvidas nessa disputa é importante para desvendar modos de ação que sejam eficazes na luta contra os abusos praticados por aqueles que detém o poder.

É nessa perspectiva que o estudo sobre a luta de classes parece encontrar a mais estrita relevância para a sociedade<sup>2</sup>.

Apesar, contudo, de ser tão atual quanto são crescentes e intermináveis as desigualdades materiais e de oportunidades e condições de vida entre as pessoas, o tema é controverso quanto às divisões de classes, sua formação, interpenetração, relevância.

Há, por exemplo, estudos segundo os quais as posições de classe são úteis ao exame e compreensão das mobilidades sociais na escala de poder e riqueza. Outras conformações estudam as posições de poder na sociedade por ângulos que não envolvem riqueza

---

<sup>2</sup> Essa relevância tem relação com o fato de que as disputas por poder permeiam as relações sociais, de modo que ao longo de toda a história podem ser encontradas divisões que segmentam os grupos. Nesse sentido, Marx e Engels afirmam que a luta de classes se mistura à própria história humana. Na Roma antiga, por exemplo, “encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e em cada uma destas classes, outras gradações particulares.” (MARX, ENGELS, 2010, p. 40).

econômica, mas espaços de poder não necessariamente fundados na posição econômica, embora a ela relacionados.

A análise da questão, portanto, não deve se restringir a uma linha de pensamento apenas, sendo prudente ampliar o campo de investigação caso se pretenda ter mais condições de assimilar o fenômeno. O universo de postulações teóricas a esse respeito está muito longe de ser pequeno e, por isso, mas respeitados os limites do tipo de estudo aqui realizado, examinaremos nuances de classes em autores com pensamentos tão distintos quanto o filósofo, sociólogo e jornalista socialista alemão Marx, cuja obra se debruça sobre a sociedade, a economia e a política; o jurista e economista alemão Weber, considerado um dos fundadores da sociologia; o filósofo e sociólogo francês Bourdieu, que figura entre os autores mais lidos no campo da sociologia e da antropologia e o filósofo francês Gorz, que desenvolveu estudos sobre o trabalho em relação à economia.

Nossa ideia é trazer alguns aportes teóricos que permitam entender quão grandemente a maneira como se apreende o modo de ser das segmentações sociais pode influenciar na visão que se tem da sociedade, suas diferentes camadas, suas inter-relações e as necessárias apropriações do sentido de classe, para que se possa trazer à tona o discernimento capaz de gerar alguma oposição aos diversos tipos de opressão social.

Para tanto, inicialmente, trataremos sobre a relação que Weber traça entre a distribuição de poder na sociedade e a segmentação em classes, estamentos e partidos. Estabelecendo um diálogo com Breen, professor britânico weberiano que estuda as estratificações sociais, demonstraremos que Weber enxerga as classes sendo determinadas pelo poder econômico, que condi-

ciona as oportunidades de vida e posicionam os indivíduos nas respectivas classes. Na sequência, ofereceremos a visão de Marx, que distingue essencialmente apenas duas classes. Para auxiliar no entendimento de classe em Marx, traremos apontamentos do filósofo Lukács, por sua importância no meio intelectual do século XX.

Em contraponto, a abordagem do tema encontra o pensamento de Bourdieu, que nega a existência de classes, já que, para ele, a estrutura do espaço social envolve diversas formas de capital, não necessariamente econômico, que conferem força e poder a seus detentores.

Dada a importância do pensamento Marxista na sociedade moderna, a perspectiva de Bourdieu é confrontada com as considerações de intelectuais marxistas como o britânico Burawoy e o húngaro Mészáros.

Na abordagem referente a Gorz, fica claro que, para o filósofo francês, não é adequado considerar o operariado como uma classe.

Todos esses aportes têm o propósito de demonstrar que os diversos elementos que distinguem as posições sociais devem ser compreendidos para que se possa vislumbrar ações de resistência, tema que será tratado no tópico 3, *Conflitos sociais e resistência*.

Quer sejam ligadas ou não ao capitalismo, há formas de opressão não necessariamente econômicas, as quais devem ser conhecidas para serem combatidas.

Nessa perspectiva, apresentaremos no tópico 3 também alguns fragmentos teóricos da filósofa feminista americana Fraser, do teórico político argentino Laclau e da jurista americana K. Krenshaw, que se destaca na defesa dos direitos civis.

Dessa forma, pensamos poder contribuir com reflexões sobre os interesses classistas de dominação e as respectivas ações de antagonismo.

## **1 Poder econômico, poder em geral, classes**

Para Weber (2012, p. 176), o poder “economicamente condicionado” não é idêntico ao poder em geral; mas o poder econômico pode surgir em consequência de um poder já existente por outros motivos.

Ele trata de classes sob o ponto de vista da distribuição de poder na sociedade e separa classes, estamentos e partidos. As classes, relacionadas à ordem econômica, os estamentos à ordem social (esfera de distribuição de honra) e os partidos à esfera do poder (implicam relação associativa para alcançar determinado fim) (WEBER, 2012, p. 185).

As classes, segundo Weber (2012, p. 176), são determinadas pela ordem econômica, sendo categorias fundamentais, a “propriedade” e a “falta de propriedade”; e frequentemente representam possíveis fundamentos de uma ação social. Já os grupos são separados de acordo com “causas específicas para suas oportunidades de vida”. É dizer: o mercado determina interesses médios dos grupos e os coloca em certas “situações de classe”. Não importa que varie a direção na qual cada trabalhador persegue seu interesse, por exemplo, por sua qualificação para o serviço: os efeitos não determinam a classe, mas as causas para a oportunidade de vida. Por outro lado, há possíveis fundamentos para uma ação social, mas esta depende de ações culturais, da transparência da conexão entre causas e das consequências da situação de classe.

Weber divide, ainda, as situações de classe, conforme a natureza da propriedade (minas, gado, pessoas – escravos, etc.). Se as classes não são comunidades, os estamentos são, “ainda que frequentemente de natureza amorfa” (WEBER, 2012, p. 180). Geralmente estão condicionados por uma avaliação social (portanto não econômica). Na perspectiva weberiana, portanto, além da possibilidade de haver privilégio jurídico estamental, a separação pode-se dar por uma garantia convencional, ritual, de modo que uma casta “superior” não tenha contato com uma casta inferior.

O britânico Breen, sociólogo que se dedica ao estudo de classes, afirma que, para um weberiano, a classe é importante porque liga a posição dos indivíduos nos mercados capitalistas à desigualdade na distribuição de oportunidades de vida (BREEN, 2015, p. 50). Para Breen, as classes “... são de interesse na medida em que moldam as oportunidades de vida...” (BREEN, 2015, p. 51).

Vemos a questão de modo um pouco diferente, pois, segundo nossa compreensão, em Weber a classe é importante primeiro como o reconhecimento de um fenômeno de distribuição de poder, mas em seguida porque pode motivar a ação social – a partir do componente causal representado por interesses econômicos. Isto é, a posição dos indivíduos é determinada pela distribuição das oportunidades de vida, no que diz respeito aos interesses econômicos, conforme as condições de propriedade (mercado de trabalho, mercado de bens e a empresa capitalista). Mas a importância da distinção desses grupos é possibilitar o reconhecimento do que condicionou essa diferença. Weber (2012, p. 178) deixa muito claro que o simples pertencimento a uma mesma classe não determina ação e nem mesmo o associativismo, mas reconhecer

as desigualdades de oportunidades de vida pode ser fundamento para ação social:

Devem ser claramente reconhecíveis a condicionalidade e o efeito da situação de classe, pois somente nesse caso pode o contraste das oportunidades de vida ser sentido não como algo simplesmente dado com que se deva conformar-se, mas sim como algo resultante 1) da distribuição existente de propriedade ou 2) da estrutura da ordem econômica concreta, podendo-se, então, reagir não apenas em forma de protestos intermitentes e irracionais, mas em forma de relações associativas racionais. (WEBER, 2012, p. 178).

Breen afirma que um esquema de classe pretende “captar como as relações sociais moldam as oportunidades de vida”; ou “como as relações nos mercados e empresas estão ligadas à distribuição das oportunidades de vida” (BREEN, 2015, p. 50).

Para Weber, contudo, as classes explicam (junto com os estamentos e os partidos), a distribuição de poder na sociedade: entender as classes permite posicionar os indivíduos de acordo com a distribuição das oportunidades de vida, conforme interesses econômicos (WEBER, 2012).

A diferença nos enfoques é que para BREEN (2015) as relações sociais também moldam as oportunidades de vida; para Weber (2012), segundo pudemos concluir, são as relações de mercado que moldam as oportunidades de vida, posicionando os indivíduos nas diferentes classes.

Por aparentemente entender possível compreender as oportunidades de vida relacionando diversas posições no mercado de trabalho, o professor britânico apresenta o esquema de classes desenvolvido por outro sociólogo britânico, J. Goldthorpe, importante nome

na área de estratificação social e macrossociologia, que relacionou classes a posições no mercado de trabalho, vinculou mudanças de posições de classe à eficiência e chegou a criar um esquema com onze classes (Breen, 2015, p. 52-56).

Apesar de Breen sugerir que as relações sociais moldam as oportunidades de vida e que a situação de classe está ligada a diferenças nas oportunidades de vida, ele reconhece que tem faltado uma explicação teórica e testes empíricos de como tais diferenças podem ser consequência das distinções nas relações de emprego (BREEN, 2015, p. 61).

Entendemos, desse modo que, para Weber, as condições econômicas (a propriedade e a falta dela) posicionam os indivíduos nas respectivas classes, de modo que distinções nas relações de emprego quanto aos níveis salariais não são determinantes para as diferenças de classe.

Trazendo o olhar marxiano para a questão, a conclusão não é oposta, embora seja diferente.

O trecho apenas iniciado do Livro III de O Capital (MARX, 1985-1986, p. 317-318) parece indicar que Marx não diferenciaria classes a partir de postos de trabalho. O desenho que seu texto inacabado indica é o de que diferenciar grupos sociais de acordo com a valorização da força de trabalho, fonte de rendimento ou tipo de propriedade que cada um possui levaria a um número indefinido de classes, que não representaria os antagonismos efetivamente decisivos na sociedade.

Com o aparecimento do capitalismo, o antagonismo determinante é, na verdade, entre burgueses e proletários, todas as demais subdivisões, embora possam ter alguma importância acadêmica, não são decisivas, pois somente nessas duas classes reside um antagonis-

mo tal que faz com que o desaparecimento de uma gere necessariamente o desaparecimento da outra e a sobrevivência de uma somente é possível com a manutenção da outra.

Os apontamentos do filósofo húngaro Lukács, marxista de enorme importância no século XX, marcam essa mesma direção, isto é, embora possa haver mais de duas classes, apenas duas são reais, determinadas apenas por interesses econômicos:

A burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade, isto é, são as únicas cuja existência e evolução baseiam-se exclusivamente no desenvolvimento do processo moderno de produção. Além disso, somente suas condições de existência *permitted imaginar* um plano para a organização de toda a sociedade. O caráter incerto ou estéril da atitude das outras classes (pequena burguesia, campesinato) justifica-se pelo fato de sua existência não ser fundada exclusivamente sobre sua situação no processo de produção capitalista, mas estar indissolúvelmente ligada a vestígios da sociedade dividida em estamentos (LUKÁCS, 2003, p. 156).

[...] A pequena burguesia, como ‘classe de transição em que os interesses das duas outras classes se enfraquecem simultaneamente’ se sentirá ‘acima da oposição das classes em geral. Como consequência, ela buscará ‘não os meios de suprimir os dois extremos, capital e salário, mas de atenuar sua oposição e transformá-la em harmonia. Em sua ação, passará, portanto, ao largo de todas as decisões cruciais da sociedade e deverá lutar, alternativamente, e sempre de modo inconsciente, por uma ou outra das direções da luta de classe (LUKÁCS, 2003, p. 157).

Já Bourdieu, em perspectiva bastante distinta, sustenta que, de um ponto de vista científico, o que existe não são classes sociais, mas espaço social, cuja estrutura é dada:

[...] pela distribuição de diversas formas de capital, isto é, da distribuição de propriedades que são ativas dentro do universo em estudo – aquelas propriedades capazes de conferir força, poder e conseqüentemente lucro para seus detentores (BOURDIEU, 1987, p. 04).

Nessa perspectiva, haveria vários tipos de capital, que fundamentam os poderes sociais: *capital econômico*, *capital cultural* ou *informacional* e duas formas de capital que são fortemente correlacionadas, *capital social*, que consiste em recursos baseados em conexões sociais e relacionamentos de grupo, e *capital simbólico*, que é a forma que tomam diferentes tipos de capital quando são percebidos e reconhecidos como legítimos. Já a distribuição dos agentes no espaço social, segundo o mencionado autor, se dá em três dimensões: de acordo com o *volume* global de capital que eles possuem; de acordo com a *composição* do capital; e de acordo com a evolução no tempo do volume e composição de seu capital, isto é, de acordo com sua *trajetória* no espaço social (BOURDIEU, 1987, p. 04).

Por outro lado, o espaço social, segundo ele, é multidimensional, dividido em subespaços dentro dos quais há diferentes formas de expressão do poder:

Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto aos seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção económica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 2005, p. 153).

Bourdieu (1987, p. 07) critica Marx, por considerar um erro achar que classes construídas teoricamente (agrupamento devido a posições similares no espaço social) são reais e constituem grupos conscientes<sup>3</sup>. Para ele, tanto a realidade se oferece indeterminada, quanto as percepções particulares são diversificadas e dependem de outros fatores que não apenas as relações de trabalho, por exemplo, questões étnicas, nacionais, etc.

Se, por um lado, Bordieu critica Marx, o sociólogo marxista britânico Burawoy, censura Bourdieu, acusando-o de traçar parâmetros muito semelhantes com os da obra marxista, apesar de negar o marxismo:

[...] Enquanto Marx reduz a atividade prática à atividade econômica e sobre essa base constrói a história humana como sucessão de modos de produção, Bourdieu estende a ideia da atividade prática às esferas de produção intelectual...” [...] O que Marx oferece é uma teoria do capitalismo como sistema que se reproduz, porém ao fazê-lo, gera a dinâmica responsável por conduzi-lo fatalmente à autodestruição: gera um sistema que se transforma igualmente em uma arena de lutas. Eis os mesmos elementos da teoria dos campos proposta por Bourdieu. Esta é focada nas ações sociais que precedem os indivíduos, na ação estratégica desses autores procurando maximizar

---

<sup>3</sup> Não nos parece, contudo, possa a questão da consciência de classe ser de tal modo simplificada, já que, em Marx, tal consciência não é uma posição psíquica encontrada em cada trabalhador, mas uma potencialidade da classe trabalhadora. Veja-se o que afirma Mézaros (2008, p.89): “O desenvolvimento da consciência de classe necessária não implica sua constituição como um “*vínculo psicológico homogêneo*”- que é uma ficção, como vimos – mas a elaboração de *programas de ação* estrategicamente viáveis, que englobem uma multiplicidade de grupos sociais específicos, em qualquer variedade de formas organizacionais que possa ser necessária”. Quanto à construção teórica das classes, trata-se de posição que se olvida do fato de que Marx não parte dos conceitos para a realidade, mas desta para aqueles, isto é, sua exposição teórica apenas reproduz os movimentos que se expressam na realidade.

seus lucros (material-simbólicos) —ações que são conformadas, primeiramente, pelo próprio campo com suas regras e, posteriormente, pela distribuição desigual do capital específico desse campo. Tanto em Marx como em Bourdieu, a ação estratégica torna-se rapidamente uma luta para conservar ou para subverter os poderes dominantes no interior do campo (BURAWOY, 2010, p. 34).

Segundo Burawoy (2010, p. 35-36), Bourdieu, em sua obra *A distinção*, ao diferenciar as várias camadas da classe dominante, dividindo-a entre aqueles que são ricos em capital econômico e aqueles que são ricos em capital cultural, faz distinção semelhante à feita por Marx e Engels entre acumulação econômica e a produção da ideologia. Burawoy aponta, assim, o que ele considera um paradoxo na obra de Bourdieu: ao mesmo tempo em que este denuncia a forma como a transmissão da cultura e seu consumo mascaram a dominação da classe dominante, ele sustenta o poder simbólico de um produto cultural na autonomia usufruída por seus campos de produção, “uma autonomia que, por sua vez, legitima a desigualdade tanto no consumo como na produção; uma autonomia que endossa a mentira segundo a qual a produção da ciência e da cultura independe de condições de existência...” (BURAWOY, 2010, p. 36).

Bourdieu, por outro lado, ainda segundo Burawoy, não revela a relação desse processo de acumulação do capital tanto econômico quanto simbólico com nenhum conceito que evidencia a exploração (central em Marx). Diz o britânico marxista: “O capital é sim uma relação, porém, nesse caso, é mais uma relação entre capitalistas do que uma relação entre capitalistas e trabalhadores” (BURAWOY, 2010, p. 37).

De acordo com Mészáros, um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade, classes e consciência de classe, em

Marx, “têm de ser entendidos como partes integrantes de um conjunto dinâmico de fatores sócio-históricos” (MÉSZAROS, 2008, p. 57), já que, para Marx, toda conquista humana introduz um elemento novo na sociedade, alterando as questões que dizem respeito às relações sociais. Ele acrescenta:

Assim, as modificações de mercado, a extensão posterior da divisão do trabalho, o incremento das forças produtivas da sociedade, a concentração do capital, as mudanças abrangentes no padrão social de consumo, o desenvolvimento do conhecimento científico, da comunicação, do transporte, da tecnologia educacional etc. – todos esses fatores têm um suporte vital no desenvolvimento da classes e da consciência de classe, do mesmo modo que os últimos fatalmente afetam os primeiros, de uma forma ou de outra. Consequentemente, uma compreensão adequada da teoria das classes e da consciência de classe de Marx requer o exame de sua concepção como um todo, sob um de seus aspectos mais importantes: o conceito de “conflito social e sus determinantes complexos”, avaliado de acordo com a dialética das determinações recíprocas.” (MÉSZAROS, 2008, p. 61).

A essência da teoria de classes em Marx, na visão de Mézaros, é exatamente esse conceito de subordinação estrutural do trabalho ao capital na sociedade capitalista. “O interesse de classe no proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural” (MÉSZAROS, 2008, p. 68).

Para Marx, ainda segundo MÉSZAROS (2008, p. 64), o fator subjetivo é fundamental para a auto extinção das condições de desumanização. A mera consciência de classe contingente não permite a compreensão das inter-relações no sistema global do capitalismo, limitando-se a aspectos isolados da compreensão, uma consciência coletiva dos indivíduos, com abrangência limitada. Registra Mézaros:

[...] A condição para a emancipação da classe trabalhadora é a extinção de todas as classes, assim como a condição para liberação do terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a extinção de todos os estamentos e de todas as ordens (MÉSZAROS, 2008p. 77).

[...] [A consciência de classe necessária] “ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista) (MÉSZAROS, 2008, p. 89).

Por fim, para alinhar o ponto em exame, apresentamos Gorz (1982), outro intelectual que nega a existência de uma classe do operariado, no sentido visualizado por Marx. Seu enfoque é no sentido de que o proletariado não tem consciência nem poder de ruptura. Ele afirma que o proletariado, enquanto classe, implica negação dos indivíduos, pois a autonomia retiraria o sentido de classe. Se, para ser classe, é preciso que o proletariado seja o que o capitalismo quer dele, esse conjunto de seres alienados, esses seres não têm consciência de sua alienação. Assim, ele afirma, a ideologia do movimento operário perpetua a obra iniciada pelo capital, ao destruir a capacidade de autonomia dos proletários. Para que fosse diferente, teria que haver ruptura, mas de onde viria essa capacidade de ruptura? Segundo Gorz, Marx não consegue resolver essa questão.

Ele afirma que o capital foi exitoso em expandir-se para além do que se podia prever, mas “o trabalhador coletivo permaneceu exterior aos proletários” (GORZ, 1982, p. 40), isto é:

A classe que, coletivamente, desenvolve e põe em ação a totalidade das forças produtivas, é incapaz de se apropriar dessa totalidade: de submetê-la a suas próprias finalidades e de percebê-la

como a totalidade de seus próprios meios. [...] Isso é assim porque, estruturado pela divisão do trabalho, ajustado às exigências inertes do maquinismo a que serve, o trabalhador coletivo funciona, ele próprio, como um mecanismo: à maneira e segundo o modelo dos exércitos (GORZ, 1982, p. 40).

Para Gorz (1982, p. 89), a maioria da população pertence a um neoproletariado pós-industrial dos sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empregos precários de operários de ocasião, de empregados em meio expediente. Todo emprego, para ele, tem um caráter acidental e provisório, e todo trabalho uma forma contingente. O trabalho deixa de ser uma atividade ou mesmo uma ocupação principal para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está “ocupado” em ganhar algum dinheiro.

O filósofo francês faz referência, em vez de proletariado, a uma “pluralidade dos partidos e dos sindicatos, [...] várias maneiras de trabalhar, do produzir e de viver, de vários campos culturais e de vários níveis de existência social não integradas entre eles” (GORZ, 1982, p. 99).

É visível, em sua obra, contudo, que sua pretensão não é estabelecer um esquema de classes, mas convencer de que não é possível considerar a classe operária como uma unidade, como um só sujeito capaz de agir e romper com o *status quo*.

## 2 Conflitos sociais e resistência

Por tudo o que já se disse, percebe-se que, ainda que haja diferenças no modo de enfocar as classes e a distribuição de poder na sociedade, o elemento econômico está sempre presente, embora outros elementos possam ser considerados mais importantes em al-

gumas situações, como no sentido atribuído por Bourdieu (1987) a outros tipos de capital, como exposto no tópico precedente.

Do ponto de vista material, a distinção mais clara é aquela feita por Marx, por baseá-la no modo de produção, separando as categorias a partir da propriedade ou não dos meios de produção. Se as classes definem as posições sociais, somente com a superação da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, do capitalismo, podem, de acordo com Marx, ser superadas as desigualdades materiais e alcançada efetiva liberdade. O capital, para Marx, não é “uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, mediada por coisas” (LUKÁCS, 2003, p. 138). Isso significa que enquanto houver propriedade privada dos meios de produção, haverá distinção de classes entre aqueles que detém tal propriedade e aqueles que não a detém.

Em nosso modo de ver, o fato de as sociedades modernas serem pautadas por esse tipo de relação não implica – por força da mediação por coisas cujo equivalente é o dinheiro – excluir diversos outros aspectos importantes que circundam as relações sociais e provocam diversos tipos de conflitos.

A organização da produção tem impacto preponderante na medida em que atua na realização básica material da vida, mas nem sempre é ao redor dessa questão que são protagonizadas as lutas sociais.

Quer em face de verdadeiro antagonismo entre grupos, quer diante de incoerências que estruturam diferentes formas de poder, o fato é que há uma multiplicidade de fenômenos que rodeiam as relações sociais e que são responsáveis pelos mais variados tipos de violência. Embora a proporção da dependência econômica possa ter participação na força ou fragilidade da coesão em torno de outros temas, por tornar mais difícil a autonomia e a tomada de consciência

da posição dos indivíduos na sociedade quanto maior for a dependência econômica, há posições de dominação e de submissão que não têm necessariamente fundamento econômico – como ocorre, por exemplo, com as opressões de gênero.

Essas situações são reveladas menos por uma consciência genérica que irrompe na sociedade do que por efetivas posições de enfrentamento e luta a partir das quais são trazidos à tona as evidências dos privilégios patriarcais e segmentários de raça e gênero.

A dificuldade de reconhecer esses movimentos de luta como movimentos classistas reside no fato de que eles têm diferentes pontos de convergência e divergência, não reunindo uma solidariedade e/ou identidade específica de interesses que se oponham aos de outra classe.

Mas, é preciso reconhecer que muitas lutas enfrentam apenas a superfície dos fenômenos, deixando de perceber um fator comum que reside na opressão própria do capitalismo, o que permite a penetração da ideologia burguesa e a captação da luta, dissociando-a de sua raiz comum.

É nesse sentido o relato de Fraser (2009), ao demonstrar a captação pela ideologia burguesa da luta por igualdade de gênero e sua utilização em favor de pautas capitalistas, dificultando a luta de classes, ao manter em destaque diversas pautas que teriam origens em complexas características da sociedade.

Para Fraser, o capitalismo se aproveitou das lutas feministas e incorporou a mão-de-obra feminina no mercado em situações de progressiva precariedade e redução de salários, valendo-se do discurso feminista, mas sem proporcionar uma sociedade justa. A crítica feminista de injustiça de gênero, centrada em três dimensões – econômica, cultural e política, portanto sistêmica – teria sido

fragmentada pelo neoliberalismo, a nova vertente do capitalismo, que invertendo a fórmula anterior, que buscava “usar a política para domesticar mercados”, propôs “usar mercados para domesticar a política” (FRASER, 2009, p. 25):

[...] As mulheres despejaram-se em mercados de trabalho ao redor do globo; o efeito foi cortar na raiz de uma vez por todas o ideal do salário familiar do capitalismo organizado pelo Estado. No capitalismo neoliberal “desorganizado”, este ideal foi substituído pela norma da família de dois assalariados (FRASER, 2009, p. 25).

O que destacamos na passagem acima transcrita é o fato de que o capitalismo, ao incorporar a mulher ao mercado, valendo-se do discurso feminista, não alterou a estratificação classista entre proletários e detentores da propriedade privada dos meios de produção, apenas acrescentou uma assalariada, alterando sobretudo a configuração familiar.

O movimento de defesa contra os diversos tipos de opressão é, como se vê por esse exemplo, muito mais complexo do que pode parecer, haja vista o poder de penetração ideológica do capitalismo, que tende a gerar uma falsa consciência ou uma consciência de classe ilusória.

Dessa maneira, não nos parece ser possível compreender as classes sem, em primeiro lugar, partir de Marx e suas revelações sobre o antagonismo primordial entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que são explorados a fim de sustentar o modo de produção que alimenta as relações sociais no tipo de sociedade moderna. Em segundo lugar, mas não menos importante, é necessário compreender outras formas de opressão, ainda que elas sejam ou possam vir a ser também captadas pelo capitalismo.

Assim, ainda, que, considerada a perspectiva de que as relações sociais são mediadas primordialmente por coisas, outras mediações não devem deixar de ser consideradas, mesmo que tais mediações sejam formuladas pela linguagem, por discursos jurídicos ou imaginários políticos.

A relação entre linguagem e poder é bem explorada pelo teórico argentino Laclau (1983), que enxerga manipulações discursivas para reunir grupos que, a princípio, não têm nenhuma identidade, como por exemplo, quando se organiza a estrutura do discurso para ligar racismo com a militância de trabalhadores brancos.

Para Laclau (1983), a forma de encarar os conflitos sociais mudou ao longo do tempo. Antes eram tipificadas três características principais: a determinação da *identidade dos agentes* era feita através de categorias pertencentes à estrutura social (ex: lutas camponesas, burguesas, pequeno-burguesas); o *tipo de conflito* era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário (não dependia da conscientização dos agentes e sim de um movimento subjacente da história, como por exemplo: transição do capitalismo para o feudalismo) ; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um *espaço político unificado*, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses” (conflito de interesses).

Já os novos movimentos sociais, segundo esse autor, romperam com essa unidade destes três aspectos do paradigma. Por um lado, torna-se cada vez mais impossível identificar o grupo, concebido como referente, com um sistema ordenado e coerente de “posições de sujeitos”. Hoje, diz Laclau (1983), a relação entre as diferentes posições resulta “de construções políticas complexas, baseadas na

totalidade das relações sociais, e que não podem decorrer unilateralmente das relações de produção ” (LACLAU, 1983, *on line*). Hoje, os tipos de relações são cada vez mais indeterminados. O conceito de lutas de classes, por exemplo, continua o autor, não é correto nem incorreto - ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos. Considerando que o sujeito ocupa locais diferentes no interior de uma estrutura, com discursos diferentes em relação às diferentes posições (trabalho, política, violência racial, sexismo), não há, segundo ele, agentes sociais unificados e homogêneos. Anota, assim, o pesquisador:

Isto nos fornece uma chave teórica para entendermos a peculiaridade dos novos movimentos sociais: a característica central deles, [...] é que um conjunto de posições de sujeito a nível de local de residência, aparatos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual, tornaram-se pontos de conflito e mobilização política. (LACLAU, 1983, *on line*).

Para tal autor, não há necessária relação entre as posições do sujeito, embora haja práticas articulatórias que tentam relacioná-las, por exemplo, relacionando racismo ao sentimento de xenofobia, com interesses capitalistas. O social, segundo ele, “é construído pela limitação parcial dos efeitos de lógicas contraditórias” (LACLAU, 1983, *on line*). Quando as práticas articulatórias operam para excluir o excesso de significados e limitam as diferenças em dois campos, permitem formar certos grupos homogêneos baseados em imaginários políticos.

Em paralelo, é necessário reconhecer aquilo que a professora americana de direitos civis, Crenshaw, chamou de interseccionalidade, ponto no qual diversos eixos de discriminação vitimam grupos

sobrepostos de pessoas, não necessariamente distintos. Para explicar a interseccionalidade, ela usa a noção de eixos ou de ruas que se entrecruzam de modo a identificar diversas formas de discriminação que se combinam e afetam determinadas pessoas. A exemplo do que acontece num cruzamento, a autora chama eixos de discriminação as diversas direções nas quais se pode dar a discriminação, os que trafegam na interseção representam a discriminação ativa, “as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero”. A parte ativa é o contemporâneo, aquilo que afeta os que estão na interseção (CRENSHAW, S.D., p. 11).

Parece, pois, que, se de um lado, as articulações formuladas pelas classes dominantes tendem a homogeneizar conflitos não necessariamente comuns, de modo a iludir a percepção da origem efetiva da dominação, por outro lado, diversos tipos de opressão podem ser direcionados a pessoas que reúnam em si posições distintas de vulnerabilidade.

Contudo, como efeito adverso das ações de dominação assim estruturadas, é possível que movimentos de resistência desses grupos contra os diversos tipos de privilégios atuem na reconfiguração da percepção coletiva, ampliando entre os oprimidos, a consciência da dominação, de modo a fortalecer sua luta.

## **Conclusão**

Embora não seja fácil categorizar os antagonismos e as diferenças sociais, e apesar das distintas abordagens e enfrentamentos teóricos dessas questões, a existência real de conflitos nas relações sociais aponta para a necessidade de sua compreensão.

Vislumbramos, principalmente com apoio em Marx, que há um elemento primacial de antagonismo que opõe os proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Essa primazia – que decorre do elemento essencial da necessidade de sobrevivência – não exclui, contudo, outros conflitos cuja realidade desborda das categorizações meramente conceituais.

Esses fenômenos não só marcam relações entre capitalistas e proletários, mas interpenetram todo tipo de relação social, inter-relacionados com a dominação econômica. Por isso, apesar da indignação dos segregados e oprimidos, a percepção da dominação não é simples, haja vista as complicações decorrentes das conexões ocultas de fatos aparentemente desvinculados e/ou conexão, por meio de articulações no discurso dominante, de fatos que não tem relação efetiva na origem.

A ocupação dos espaços sociais por meio de influência e poder decorrente de causas não necessariamente econômicas também tem seu papel na conformação dos privilégios, lutas e aceitação de papéis de resignação ou resistência.

Se é difícil a tomada de consciência, ainda mais difícil é a ação, especialmente aquela que avance da indignação para uma atitude concreta e contrária às forças opressoras. Discursos de articulação tendem a obnubilar ainda mais a percepção das diferentes formas de opressão, dando ainda mais instabilidade às posições dos indivíduos em cada um desses conflitos.

Além disso, os modos de estruturação da produção moderna isolam os indivíduos, por meio do incentivo à concorrência, à remuneração diferenciada e ao consumo desmedido (coisas prevalecendo sobre pessoas).

O desemprego ou os empregos precários não excluem a classe (nesse ponto nosso pensamento diverge de Gorz), mas facilitam a penetração da ideologia capitalista – por mais contraditório que isso pareça, dadas as dificuldades enfrentadas por quem se encontra em situação de desemprego ou inserido em posições precárias – na medida em que, de certo modo, há, nesse meio, terreno fértil para alimentar o sonho do sucesso individual capitalista.

Assim, os diversos fatores que atuam sobre os despossuídos, embora proporcionem apenas variações de exploração, obscurecem a consciência, ao permear o individualismo próprio da sociedade moderna, baseada em competição e proveito individual, provocando certa hesitação decorrente da grande diversidade de fatores que interferem em sua vida.

A tomada de consciência da própria exploração pode advir no próprio processo de trabalho, mas pode ser ampliada por ações de resistência: somente o processo de amadurecimento decorrente das ações de resistência contra os privilégios parece ser capaz de abrir um pouco mais os horizontes de consciência de classe, num processo de ação que alimenta a resistência, retroalimentada pela própria ação, porque as ações ganham significado à medida em que se realizam, entrelaçando pensamento e realidade e, de novo, pensamento. É como se a intenção de resistir se materializasse em ato da realidade e ao fazê-lo, saindo do âmbito da vontade individual para a realização coletiva, ao mesmo tempo em que o ato manifesto do grupo que resiste acrescentasse uma centelha de intencionalidade em cada indivíduo.

Não há negar que as pequenas ações de resistência – como as praticadas por sindicatos na busca de melhores condições salariais – podem se traduzir em mera luta contra efeitos, sem atacar as cau-

sas; ainda assim, essas ações, quanto mais concretas e abrangentes quanto aos sujeitos, ao objeto, ao tempo e ao espaço, mais eficazes na ampliação da consciência coletiva.

Se é verdade que há intersecções nas causas de opressão, convém ampliar o objeto de resistência, reunindo eixos diversos de desigualdades, como, por exemplo, as causas operárias, de raça, gênero e orientação sexual. Nessa perspectiva, parecem equivocados atos de resistência que priorizem apenas uma luta – como por exemplo fizeram por muito tempo os sindicatos ao priorizar questões salariais em detrimento de questões igualmente importantes como discriminações de ordem generalista ou racista.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups*. Translated from French by Loic J. D. Wacquant and David Young. *Berkeley Journal of Sociology*. Vol. 32 (1987), pp. 1-17. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/41035356?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/41035356?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BREEN, Richard. *Fundamentos de uma análise de classe neoweberiana*. In: WRIGHT, Erik Olin (org.) *Análise de Classe: abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. BRAGA NETO, Ruy Gomes (org.) Tradução: Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. (S.d). Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, 2009, p. 11-33.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

LACLAU, Ernesto. *Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social*. Texto apresentado no *workshop* promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título “Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina”. Publicado originalmente na revista do CEDLA, *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo. Disponível em:< [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04)>. Acesso em: 09 nov. 2017.

LUKÁCS, György. *História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*; tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini; São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *Manifesto comunista*. Karl Marx e Friedrich Engels; organização e introdução Osvaldo Coggiola; tradução do Manifesto Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZAROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn; Brasília: Editora UNB, 2012.